



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 23/12/2019



Respondendo à crise climática: um plano de implementação

Os impactos das mudanças climáticas estão se intensificando. Em apoio ao programa de trabalho mais amplo do governo da Nova Zelândia sobre mudança climática, o Ministério da Defesa e a Força de Defesa da Nova Zelândia adotaram uma abordagem proativa na promoção do reconhecimento global da mudança climática como um risco à segurança e na integração da mudança climática nas atividades de defesa e na tomada de decisões. processos.

O plano destaca os esforços e compromissos atuais da Defence em relação às mudanças climáticas e como a Força de Defesa da Nova Zelândia desenvolverá as melhores práticas e aumentará a ambição ao longo do tempo. Ele identifica as etapas que a Defesa tomará para garantir uma melhor preparação para os desafios que as mudanças climáticas trarão na próxima década.

FONTE: <https://www.defence.govt.nz/assets/publication/file/DCF3EE802B/Responding-to-the-Climate-Crisis.pdf>



Melhor combate a incêndios florestais pode ajudar a mitigar mudança climática

Incêndios florestais, como os que aconteceram recentemente na Austrália, Indonésia e Estados Unidos, contribuem para a poluição do ar e o aquecimento global.

Apesar desse impacto, os mecanismos para lidar com estes desastres ainda são insuficientes, segundo uma pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma.

Relatório

Um estudo da agência e uma empresa parceira, Working on Fire, da África do Sul, explora essa ligação entre fogo florestal e aquecimento global. Em outubro, as conclusões foram apresentadas no Brasil por uma especialista da agência, Johan Kieft, durante a Conferência Internacional sobre Incêndios em Terras Florestais.

Segundo Kieft, "o setor florestal oferece um potencial significativo para mitigação das emissões de gases de efeito estufa." Ele diz que "pesquisas mostram que os incêndios florestais são cada vez mais responsáveis pela degradação florestal nos trópicos devido à expansão da agricultura, mudança no uso da terra, práticas de exploração e secas severas."

O especialista informou que "cerca de 67 milhões de hectares, ou 1,7% do total, de terras florestais foram queimados anualmente entre 2003 e 2016, principalmente na América do Sul tropical e na África."

Os incêndios libertam na atmosfera CO₂ e outros gases que "contribuem substancialmente" para o efeito estufa no planeta, aumentando assim a probabilidade de inundações e secas.

Também produzem partículas de fumaça prejudiciais à saúde. Essas partículas reduzem a radiação solar absorvida pela atmosfera, o que pode gerar efeitos climáticos regionais significativos. Além disso, depósitos de carbono preto na neve tornam a neve menos capaz de refletir a luz solar, aquecendo ainda mais o planeta.

Iniciativa

Para capturar esse potencial, os países que fazem parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Unfccc, desenvolveram a iniciativa Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal, conhecida como Redd +. O programa é uma parceria entre o Pnuma e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO.

A iniciativa fornece incentivos para reduzir as emissões do desmatamento e degradação, gerenciar florestas de maneira sustentável e conservar as quantidades de carbono que estão armazenadas nas florestas de todo o mundo.

Segundo o especialista do Pnuma, no entanto, "os impactos das mudanças climáticas dos incêndios florestais foram amplamente negligenciados" durante as negociações para a iniciativa. Ele diz que é necessário levar em conta os incêndios nos planos nacionais contra as mudanças climáticas.

O Redd + também tenta garantir que as responsabilidades pelo gerenciamento de incêndios sejam distribuídas de maneira justa, que os meios de subsistência rurais sejam protegidos e que quaisquer novas atividades tenham resultados positivos para a população local.

Solução

Florestas e outros ecossistemas semelhantes são as principais soluções baseadas na natureza para as mudanças climáticas, graças à sua capacidade de absorver e armazenar CO2.

Estes ecossistemas capturam cerca de um terço das quantidades de dióxido de carbono libertadas anualmente pela queima de combustíveis fósseis. Segundo a ONU, parar o desmatamento e restaurar ecossistemas danificados pode representar 30% da solução climática global.

FONTE: https://news.un.org/pt/story/2019/12/1698111?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=27d3108261-EMAIL_CAMPAIGN_2019_12_18_01_40&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-27d3108261-105027597



Desastres causados pelo clima são os principais responsáveis pelo deslocamento interno, forçando globalmente mais de 20 milhões de pessoas por ano a partir de suas casas

Os desastres causados pelo clima foram o principal fator de deslocamento interno na última década, forçando mais de 20 milhões de pessoas por ano - uma pessoa a cada dois segundos - a deixar suas casas, disse a Oxfam hoje. Espera-se que a questão contenciosa do apoio financeiro às comunidades, incluindo as deslocadas, que sofreram perdas e danos como resultado da crise climática, esteja no centro da cúpula da ONU em Madri, de 2 a 13 de dezembro de 2019.

O briefing da Oxfam 'Forced from Home' revela que o número de desastres climáticos relacionados ao clima que resultam em deslocamento aumentaram cinco vezes na última década. Hoje, as pessoas têm sete vezes mais chances de serem deslocadas internamente por ciclones, inundações e incêndios do que por terremotos e erupções vulcânicas e três vezes mais do que por conflitos.

Embora ninguém esteja imune - nas últimas semanas, incêndios florestais na Austrália e inundações na Europa deslocaram milhares de pessoas - a análise da Oxfam mostra que pessoas em países pobres, que têm menos responsabilidade pela poluição global de carbono, estão mais em risco.

Os pequenos Estados insulares em desenvolvimento compõem sete dos 10 países que enfrentam o maior risco de deslocamento interno devido a eventos climáticos extremos no mundo. Em média, quase cinco por cento da população de Cuba, Dominica e Tuvalu, foram deslocados pelo clima extremo todos os anos na década entre 2008 e 2018. Isso equivale a quase metade da população de Madri sendo deslocada anualmente na

Espanha. As emissões per capita dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento são cerca de um terço daquelas nos países de alta renda

Os impactos desiguais da crise climática são aparentes em todo o mundo. Pessoas em países de baixa e média renda baixa, como Índia, Nigéria e Bolívia, são quatro vezes mais propensas a serem deslocadas por desastres climáticos extremos do que pessoas de países ricos como os Estados Unidos. Cerca de 80% de todas as pessoas deslocadas na última década vivem na Ásia - lar de 60% da população mundial e mais de um terço da população mundial que vive extrema pobreza.

Chema Vera, diretora executiva interina da Oxfam International, disse:

"Nossos governos estão alimentando uma crise que está expulsando milhões de mulheres, homens e crianças de suas casas e as pessoas mais pobres dos países mais pobres estão pagando o preço mais alto".

A ONU deve concluir uma revisão dos progressos realizados no âmbito do 'Mecanismo de Varsóvia sobre Perdas e Danos' na cúpula de Madri, e os países em desenvolvimento pressionarão pelo estabelecimento de um novo fundo para ajudar as comunidades a se recuperarem e se recuperarem após os choques climáticos .

Os países doadores ricos deixaram largamente os países pobres para cobrir os custos crescentes dos desastres climáticos extremos. A nova análise da Oxfam mostra que as perdas econômicas decorrentes de desastres climáticos extremos na última década foram, em média, equivalentes a dois por cento da renda nacional dos países afetados. Esse número é muito maior para muitos países em desenvolvimento - até 20% surpreendente para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

"As pessoas estão saindo às ruas em todo o mundo para exigir ação climática urgente. Se os políticos ignorarem seus apelos, mais pessoas morrerão, mais pessoas passarão fome e mais pessoas serão expulsas de suas casas ", disse Vera.

"Os governos podem e devem fazer com que Madrid seja importante. Eles devem se comprometer com cortes de emissões mais rápidos e mais profundos e devem estabelecer um novo fundo de 'Perdas e danos' para ajudar as comunidades pobres a se recuperarem de desastres climáticos ", acrescentou.

O 'Forced from Home' também destaca que muitos países pobres enfrentam riscos simultâneos e, às vezes, inter-relacionados de conflitos e crise climática. Por exemplo, a Somália, um dos países mais pobres do mundo, com emissões per capita de apenas um quinto da dos países ricos, viu 7,5% de sua população - mais de um milhão de pessoas - recentemente deslocada por eventos climáticos extremos, como inundações ou conflitos. em 2018. A Somália também está lutando com anos de seca severa que destruíram colheitas e gado.

O briefing mostra que os mais pobres da sociedade são os mais vulneráveis ao deslocamento causado pelo clima. Por exemplo, em março de 2019, o ciclone Idai deslocou 51.000 pessoas no Zimbábue. As comunidades mais afetadas viviam nas áreas

rurais de Chimanmani e Chipinge, onde a infraestrutura e a habitação precárias não conseguiam suportar as fortes chuvas e ventos. As mulheres deslocadas são particularmente vulneráveis, pois, por exemplo, enfrentam altos níveis de violência sexual.

FONTE: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/forced-from-home-eng>



Forçado a partir de casa: deslocamento alimentado pelo clima

Os desastres causados pelo clima foram o principal fator de deslocamento interno na última década - forçando cerca de 20 milhões de pessoas por ano a partir de suas casas. Hoje, você tem sete vezes mais chances de ser internado por ciclones, inundações e incêndios do que por terremotos e erupções vulcânicas e três vezes mais do que por conflitos.

Embora ninguém esteja imune, são os países extremamente pobres que correm maior risco. Oitenta por cento dos deslocados na última década vivem na Ásia - lar de mais de um terço das pessoas mais pobres do mundo. Pequenos estados insulares em desenvolvimento como Cuba e Tuvalu compõem sete dos 10 países que enfrentam o maior risco de deslocamento interno como resultado de eventos climáticos extremos e têm 150 vezes mais chances de serem deslocados por desastres climáticos extremos do que as comunidades da Europa.

Países da Somália à Guatemala estão vendo um grande número de pessoas deslocadas pelo conflito e pela crise climática. Apesar disso, a comunidade internacional fez pouco progresso no sentido de fornecer novos fundos para ajudar os países pobres a se recuperarem de perdas e danos resultantes da emergência climática.

Com a expectativa de que essa questão controversa ocupe o centro das atenções na Cúpula do Clima da ONU em Madri, de 2 a 13 de dezembro, a Oxfam está pedindo reduções de emissões mais urgentes e ambiciosas para minimizar o impacto da crise na vida das pessoas e o estabelecimento de um novo 'Instalação financeira de Perdas e Danos para ajudar as comunidades a se recuperar e reconstruir.

FONTE: <https://www.oxfam.org/en/research/forced-home-climate-fuelled-displacement>



Mudança climática e deslocamento

Por Barney Thompson

Mesmo longe dos tiros, Hawali, um pescador de 46 anos, descobriu que seus problemas não haviam terminado. Com a ajuda do ACNUR, a Agência de Refugiados da ONU, na forma de um barco, redes e outros equipamentos, ele conseguiu sustentar a si e à sua família ampliando seu comércio em sua nova comunidade. Mas o outrora poderoso lago Chade, uma fonte de água e meios de subsistência para milhões de pessoas, encolheu 90% desde os anos 1960. Plantas invasoras cobrem metade do que resta, dificultando o acesso dos barcos ao lago. Devido às mudanças climáticas, crescimento populacional e irrigação não regulamentada, a área circundante sofre com desertificação, desmatamento e seca.

Como resultado, a vida das comunidades ao redor do lago Chade fica mais difícil a cada ano. A violência na região levou milhões de pessoas de suas casas no Chade, Camarões, Nigéria e Níger. E a crescente população de desabrigados deve disputar uma parcela escassa dos recursos cada vez menores da área.

A história de Hawali é apenas uma ilustração de como os deslocados do mundo estão na linha de frente das mudanças climáticas. Dos 20,4 milhões de refugiados sob o mandato do ACNUR no final de 2018, um terço estava localizado nos países menos desenvolvidos do mundo, que costumam ser altamente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas ou que sofrem com a escassez de recursos e infraestrutura. O impacto de desastres naturais e os efeitos mais graduais das mudanças climáticas - como as águas em recuo do Lago Chade, aumento do nível do mar para as comunidades costeiras, secas mais longas e mais severas ou a fluência da desertificação - podem criar novas populações deslocadas e colocar desafios para os que existem.

Com a desertificação ameaçando a área em torno do campo de refugiados de Minawao, no norte de Camarões, o ACNUR, a Land Life Company e a Lutheran World Foundation se uniram para restaurar mais de 100 hectares de terra na área.

Por que as questões ambientais são importantes para os refugiados e o ACNUR

As mudanças climáticas e os desastres naturais podem aumentar e agravar as ameaças que obrigam as pessoas a fugir através das fronteiras internacionais. A interação entre clima, conflito, pobreza e perseguição aumenta muito a complexidade das emergências de refugiados. “O deslocamento forçado através das fronteiras pode resultar da interação entre mudanças climáticas e desastres com conflitos e violência, ou pode surgir apenas de desastres naturais ou causados pelo homem. Qualquer situação pode desencadear necessidades de proteção internacional”, disse Filippo Grandi, Alto Comissário da ONU para Refugiados.

A interação entre clima, conflito, pobreza e perseguição aumenta muito a complexidade das emergências de refugiados.

Tomemos, por exemplo, o agravamento da seca na Somália, que, juntamente com a violência relacionada ao Al-Shabab, está levando milhares de pessoas a fugir dentro do país ou a viajar para a Etiópia. Shalle Hassan Abdirahman, um refugiado somali que fugiu

para a Etiópia, sobreviveu a um período como prisioneiro de Al-Shabab antes de conseguir escapar. Uma vez livre, no entanto, ele decidiu que não tinha escolha a não ser sair. Al-Shabab também estava forçando ele e outros agricultores a pagar um "imposto" sobre seus ganhos, embora a seca já estivesse reduzindo seus meios de subsistência e deixando-os com menos para comer. Anos atrás, o rio próximo havia transbordado quando as chuvas chegaram, nutrindo a terra e permitindo o crescimento das colheitas. "Agora o rio não tem água e o céu não chove", disse Shalle Hassan. O rio e o clima estão nas mãos de Allah, acrescentou, mas as ameaças e extorsões da Al-Shabab tornaram a vida intolerável. "Nenhum ser humano permanecerá lá - há seca na terra e nenhuma chuva. E as pessoas deixadas para trás têm medo de que, com o Al-Shabab, elas sejam mortas. "

As populações de refugiados existentes também podem ser vítimas de mudanças climáticas ou desastres e perigos naturais. Quando o Ciclone Tropical Idai atingiu Moçambique, Zimbábue e Malawi em março de 2019, por exemplo, o ACNUR transferiu as famílias de refugiados para abrigos mais seguros e forneceu tendas, coberturas plásticas, equipamentos de saneamento e água limpa. Da mesma forma, o ACNUR tem ajudado os refugiados rohingya no sul de Bangladesh a mitigar os efeitos de tempestades de monções, inundações e deslizamentos de terra.

Mas o deslocamento forçado em si pode ser uma fonte de tensão e conflito em potencial se houver uma competição adicional por recursos naturais, direitos à terra, alimentos e água - problemas amplificados pelos efeitos adversos das mudanças climáticas. Tais questões podem piorar as relações entre refugiados e seus vizinhos não refugiados, ou até ajudar a criar novas emergências de refugiados por si mesmas.

"Os fatores climáticos expulsam as pessoas de suas casas, mas movimentos de refugiados em larga escala - induzidos ou não pelo clima - causam um impacto ambiental e os refugiados estão freqüentemente localizados em pontos críticos do clima", disse Grandi. "No ACNUR, trabalhamos há anos para reduzir o impacto ambiental das crises de refugiados por meio de opções de energia renovável, atividades de reflorestamento e acesso a combustíveis limpos e tecnologia para cozinhar. Agora lançamos uma estratégia energética revitalizada e estamos aprimorando nossas ferramentas para enfrentar esses desafios. "

O que a lei diz sobre mudanças climáticas e refugiados?

A maioria das mudanças climáticas é interna, não transfronteiriça. Mesmo quando as pessoas são deslocadas apenas pelos efeitos de desastres relacionados ao clima e riscos naturais e atravessam fronteiras internacionais, geralmente não se tornam refugiados sob a definição da Convenção de 1951 para refugiados: alguém que cruzou uma fronteira internacional "devido a fundamentos bem fundamentados". medo de ser perseguido por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opinião política ". Tecnicamente falando, portanto, o termo "refugiado climático" é um termo impróprio, pois não tem base no direito internacional e não reflete com precisão as complexas maneiras pelas quais o clima e a mobilidade humana interagem. Mas, como o chefe do ACNUR apontou,

Como ilustrado acima, as mudanças climáticas e os desastres freqüentemente exacerbam as condições que criam deslocamento forçado através das fronteiras, fornecendo um impulso extra para fugir. Em particular, onde as pessoas são deslocadas como resultado de desastres ou fatores relacionados ao clima que estão interligados a conflitos ou perseguições, é provável que a Convenção de 1951 seja aplicada. Algumas pessoas deslocadas através das fronteiras no contexto de mudanças climáticas ou desastres naturais podem se enquadrar na definição de “refugiado” nos instrumentos regionais, se e quando o vôo for resultado de uma séria perturbação da ordem pública. Aqueles que não precisam ainda precisam de proteção internacional, como proteção temporária e estada, ou outras formas de residência no país para onde fugiram.

Em suma, o direito internacional pode ter um papel a desempenhar em uma ampla gama de situações que envolvem mudanças climáticas e deslocamento forçado. Com a expectativa de que mais e mais pessoas sejam deslocadas por fatores ambientais nos próximos anos, o ACNUR está fortemente envolvido na formulação de políticas e na definição e adaptação de estruturas legais nessa área. Dada sua experiência em proteção internacional e décadas de experiência em emergências de deslocamento, a agência está pronta para disponibilizar seus recursos sempre que sua ajuda for necessária.

“Onde ocorrem deslocamentos relacionados a desastres, muitas vezes é necessária uma forte resposta operacional, guiada por considerações de proteção. O ACNUR continuará trabalhando em contextos entre agências para apoiar os governos, com base em nossa forte experiência em resposta a emergências”, afirmou Grandi. Ele acrescentou que o Pacto Global sobre Refugiados, o modelo de como os estados deveriam compartilhar a responsabilidade pelos refugiados, pedia a inclusão de refugiados nas estratégias de redução de riscos de desastres.

Construindo um legado sustentável e ecológico

Depois que o tufão Haiyan destruiu sua casa nas Filipinas no final de 2013, Algina Lacaba e sua família contaram com o ACNUR e seu parceiro UPS para uma barraca, equipamentos de cozinha, tapetes e uma lâmpada solar. Haiyan deslocou mais de 4 milhões de pessoas, matando milhares de outras e destruindo comunidades inteiras. O ACNUR possibilitou o retorno progressivo daqueles cujos lares haviam sido varridos, trabalhando para fortalecer a capacidade do governo de fornecer serviços básicos e defender o direito das pessoas deslocadas a voltar voluntariamente.

Depois que a super tempestade passou, o marido de Algina, Joel - que quase se afogou quando foi arrastado pelas águas da enchente - juntou-se aos trabalhadores locais na construção de novas moradias mais robustas bem acima do nível do mar. Garantir que as casas estejam equipadas para enfrentar futuras ameaças relacionadas ao clima é essencial para facilitar retornos seguros e sustentáveis.

O ACNUR também apóia a realocação planejada, que busca afastar as pessoas do perigo quando perigos como esses aumentos no nível do mar ameaçam tornar determinadas áreas inabitáveis. Com a Universidade de Georgetown e outros parceiros, a agência

desenvolveu orientações sobre a realocação planejada de populações em risco para protegê-las contra desastres e o impacto das mudanças climáticas, respeitando seus direitos humanos. O ACNUR participou recentemente de um exercício liderado pelos governos da Costa Rica e do Panamá para simular um desastre e lidar em tempo real com as “consequências virtuais” - seguindo-se emitindo diretrizes para o tipo de proteção que as pessoas deslocadas nesse cenário podem precisar .

Finalmente, a agência não acredita que possa criar sustentabilidade e resiliência saltando de paraquedas em tecnologias limpas e impondo-as do alto. O ACNUR continuará a defender o empoderamento dos refugiados e das comunidades anfitriãs por meio de sua plena participação no planejamento e implementação de programas de energia, transferência de conhecimento e capacitação em habilidades técnicas e comerciais, além de apoiar a inovação de baixo para cima para criar localmente intervenções apropriadas.

E a pegada ambiental da própria agência?

Uma organização com 17.000 funcionários trabalhando em mais de 130 países tem claramente uma "pegada" operacional com impacto ambiental. Mas também temos a capacidade e a oportunidade de fazer mudanças em escala significativa. Como parte de nossa política de “esverdear o azul”, o ACNUR está trabalhando para reduzir o desperdício de plástico e papel, economizar água e energia, reduzir o lixo eletrônico, favorecendo fornecedores sustentáveis e reciclando produtos eletrônicos, eliminando gradualmente o uso de combustíveis fósseis, e estabelecer um fundo para o uso interno de energia verde e sustentabilidade.

FONTE: <https://www.unhcr.org/news/stories/2019/10/5da5e18c4/climate-change-and-displacement.html>



Centro Integrado de Comando e Controle atende mais de 100 mil chamados em Patos de Minas e região

O órgão é responsável pela gestão de risco de desastres e gestão de desastres, além de atendimentos integrados operacionais de urgência e emergência.

O Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR), que integra o Corpo de Bombeiros Militar, o Samu e a Defesa Civil, é fundamental para a melhoria do atendimento dos serviços de urgência e emergência, tornando o Alto Paranaíba e Noroeste Mineiro cada vez mais resiliente a desastres.

Estima-se que o CICCR em Patos de Minas, desde que foi criado, já recebeu mais de 100 mil ligações da comunidade e que mais de 60 mil ocorrências de urgência e emergência

foram atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), Samu e Defesa Civil de Patos de Minas.

O CICCRR foi criado através da Lei Municipal nº 7169/2015 e tem como coordenador o segundo-tenente BM João Fernandes Caixeta. O centro está instalado na Avenida Marabá nº 901, Bairro Alto Caiçaras, nas dependências do Centro Clínico Universitário, em convênio com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e integra, num mesmo espaço físico, a Defesa Civil de Patos de Minas, o Samu e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Nesse local, ainda funciona, em tempo real, os atendimentos pelos números de emergência 193 (CBMMG), 192 (Samu) e 199 (Defesa Civil) para melhor atender à população.

O órgão é responsável pela gestão de risco de desastres e gestão de desastres, além de atendimentos integrados operacionais de urgência e emergência relacionados ao atendimento pré-hospitalar, busca e salvamento, socorro, prevenção, proteção e defesa civil no município. Dentre outras legislações, atua em consonância com a Lei Federal nº 12.608/12, no que se refere à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, com a Lei Federal nº 13.425/2017, que trata das medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público e, também, com a Lei Municipal nº 7371/2016, que dispõe sobre a reestruturação da Defesa Civil no município de Patos de Minas.

No início do ano de 2017, o prefeito municipal, José Eustáquio Rodrigues Alves, nomeou o coordenador do CICCRR e da Defesa Civil de Patos de Minas como o representante junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Estratégia Internacional para Redução do Risco de Desastres (UNISDR) com o objetivo de tornar o município modelo, conforme as diretrizes internacionais, na campanha “Construindo Cidades Resilientes Minha Cidade está se Preparando”, no período compreendido entre 2015 e 2030.

Na região do Alto Paranaíba e Noroeste Mineiro, há ainda mais três centrais operativas, localizadas nas sedes dos municípios de Unaí, Patrocínio e Paracatu, que realizam atendimento via telefone emergencial à população nas próprias cidades e são diretamente coordenadas pelo CICCRR de Patos de Minas/MG, com área de abrangência do 12º Batalhão de Bombeiros Militar, que compreende um total de 33 municípios dessas duas regiões, além de uma população beneficiada de aproximadamente 700 mil pessoas. Fonte: CICCRR

FONTE: <https://www.patoshoje.com.br/noticia/centro-integrado-de-comando-e-controle-atende-mais-de-100-mil-chamados-em-patos-de-minas-e-regiao-44151.html>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>